

## **Agricultural Policies in OECD Countries: At a Glance - 2006 Edition**

*Summary in Portuguese*

---

## **Panorama das Políticas Agrícolas nos Países da OCDE – Edição 2006**

*Sumário em Português*

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

#### **O setor agrícola na zona da OCDE continua caracterizado pelos altos níveis de subvenções.**

Em 2005, os subsídios concedidos aos produtores na zona da OCDE, quando medidos em percentuais de Equivalentes de Subsídio aos Produtores (ESP), representavam 29% das rendas agrícolas, o mesmo índice de 2004, sendo, no entanto, inferior aos 37% registrados em 1986-1988. Em 2005, o ESP foi estimado em 280 bilhões de dólares americanos ou 225 bilhões de euros. O subsídio total ao setor agrícola, combinado aos subsídios aos produtores, às transferências orçamentárias aos consumidores e aos serviços gerais à agricultura, era equivalente a 1,1% do PIB em 2005, comparado aos 2,3% em 1986-1988.

#### **Continua havendo um afastamento progressivo das ferramentas políticas que mais distorcem a produção e o comércio.**

A reforma política está mudando a forma como os subsídios estão sendo repassados aos produtores. A proporção das mais distorcidas modalidades de subsídios à produção e ao comércio - subsídios referentes aos insumos e à produção - caiu de 91% dos subsídios aos produtores em 1986-1988, para cerca de 72% em 2003-2005. O decréscimo dos subsídios relacionados à renda evidencia-se também pela redução significativa das diferenças entre os produtores e os preços limítrofes. Em 1986-1988, o preço médio do produtor nos países da OCDE era superior em 57% aos preços limítrofes; em 2003-2005, essas diferenças diminuíram para 27%. As reduções dessas formas de subsídios foram

seguidas de aumentos nos pagamentos com base na área ou na quantidade de animais ou nos direitos históricos que limitaram o impacto nas rendas agrícolas. Os requisitos de conformidade, especialmente quando ambientais, estão cada vez mais vinculados a esses pagamentos. No entanto, as medidas relacionadas com a produção ou com os insumos ainda controlam os subsídios aos produtores na maioria dos países, estimulando a renda, e colocando estresse nos recursos naturais e no comércio distorcido. Além disso, houve apenas um progresso bastante moderado concernente às políticas que visam objetivos e beneficiários claramente definidos. Faz-se necessário empreender maiores esforços para garantir que haja maior transparência nas políticas operacionais, adaptadas a resultados específicos e flexíveis visando a atender às mudanças prioritárias.

### **A reforma das políticas agrícolas foi desigual entre os países.**

Desde 1986-1988, os subsídios aos produtores como um percentual das rendas agrícolas decresceu virtualmente em todos os países. O maior decréscimo em pontos percentuais desse indicador ocorreu no Canadá, no México (desde 1991-1993) e na Nova Zelândia. Dentre os países que se beneficiaram com maiores subsídios, a maior redução ocorreu na Islândia, Suíça e Coreia. O total dos subsídios à agricultura também decresceu virtualmente nos países da OCDE como proporção do subsídio total à agricultura no PIB.

### **Algumas mudanças políticas foram implementadas nacionalmente em 2005, e outras foram decididas**

A implementação da reforma de 2003 continuou na União Européia, com mudanças parciais no pagamento dos laticínios e, nos dez estados membros, o Esquema de Pagamento Único. A Coreia começou a implementar revisões na sua política relativa ao arroz, que incluíam a abolição das compras do governo e a introdução dos pagamentos diretos. O Canadá introduziu o programa de Pagamento de Renda Agrícola para fazer pagamentos excepcionais aos produtores, o último de uma série de pagamentos ad hoc. Nos Estados-Unidos, o subsídio às quotas e ao preço do fumo foi substituído por pagamentos limitados a prazo, e o pagamento das perdas das rendas dos laticínios foi estendido até 2007. A Turquia estendeu seu Projeto de Implementação de Reforma Agrícola até 2007. A Islândia reorganizou suas instituições para melhorar a eficiência administrativa.

Em 2005, o Conselho da União Européia concordou em mudar o regime do açúcar. Desde 2006, o preço administrado para o açúcar bruto e o açúcar refinado será reduzido e um novo pagamento será integrado ao Esquema de Pagamento Único. Também foi adotada uma nova Regulamentação relativa ao Desenvolvimento Rural para o período 2007-2013. No Japão, foi estabelecido um novo plano básico para as Zonas Alimentícias, Agrícolas e Rurais. Uma das suas características é a introdução, em 2006, de novos pagamentos diretos que deslocarão a base dos subsídios dos produtos básicos individuais para os produtos básicos múltiplos. Foi atingido um acordo final na Noruega relativamente ao programa ambiental, enquanto eram estabelecidos programas regionais.

## **A reforma multilateral das políticas agrícolas permaneceu elusiva**

A rodada de negociações comerciais do Programa de Desenvolvimento de Doha (DDA) continuou, como discussão baseada no acordo quadro em 2004. Concordou-se num método para estabelecer equivalências tarifárias *ad valorem*, e foram feitas propostas concretas. As negociações no Ministerial de Hong-Kong, em dezembro de 2005, acabaram em acordo visando a assegurar a eliminação paralela de todas as formas de subsídios e de disciplinas à exportação sobre todas as medidas à exportação, com efeito, equivalente no final de 2013, submetida, como certeza, ao acordo sobre o DDA de modo mais geral. As questões importantes ligadas às formas distorcidas de subsídio nacional ao comércio e à melhoria do acesso ao mercado, em particular as taxas de redução das tarifas, também são excepcionais. É necessário realizar, urgentemente, progressos nessas negociações para injetar nova vida ao processo de reforma política agrícola.

© OECD 2006

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.**

**Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE**  
[www.oecd.org/bookshop/](http://www.oecd.org/bookshop/)

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,  
Public Affairs and Communications Directorate.

[rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org)

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)  
2 rue André-Pascal  
75116 Paris  
França

Visite nosso sítio [www.oecd.org/rights/](http://www.oecd.org/rights/)

